

Disputas de narrativas, ampliação de públicos e os desafios do Ensino de História e das linguagens históricas na História Pública brasileira

Daniel Ferreira da Silva¹

Márcio José Pereira²

Resumo: O presente artigo aborda a exclusão dos sujeitos comuns na produção histórica no Brasil e a guerra ideológica nas narrativas, que mobilizam práticas cada vez mais expressivas de História Pública. Pretendemos dialogar e defender aspectos para o desenvolvimento de uma História Pública focada nas relações entre o Ensino de História e o uso dos ambientes digitais, visando ampliar os debates públicos e historiográficos. Dialogando com autores voltados ao debate da História Pública no Brasil e no mundo, que discutem a ascensão da história pública e o impacto das plataformas digitais e suas diferentes linguagens, o texto propõe uma abordagem artesanal para a construção de material histórico digital. Conclui destacando a importância de adaptar-se às novas demandas e métodos para ampliar o público e enfrentar os desafios contemporâneos na disseminação do conhecimento histórico.

Palavras-Chave: Disputa das narrativas; Ampliação dos públicos; História Pública.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (PPGHP-UNESPAR). Professor Secretaria da Educação do Estado do Paraná – SEED; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1709303175894421>. E-mail: danielfsilva22@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1255-6105>.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (Campus de Campo Mourão) e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá (PROFHIST-UEM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6428881358629853>. Email: marcio.pereira@unespar.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9519-3797>.

Disputas de narrativas, ampliação de públicos e os desafios do Ensino de História e das linguagens históricas na História Pública brasileira

SILVA, D. F.

PEREIRA, M. J.

Disputes over narratives, expanding audiences and the challenges of Teaching History and historical languages in Brazilian Public History

Abstract: This article deals with the exclusion of ordinary subjects in historical production in Brazil and the ideological war in narratives, which mobilize increasingly expressive practices of Public History. We intend to discuss and defend aspects for the development of a public history focused on the relationship between history teaching and the use of digital environments, with the aim of broadening public and historiographical debates. Dialoguing with authors involved in the debate on Public History in Brazil and around the world, who discuss the rise of public history and the impact of digital platforms, and their different languages, the text proposes an artisanal approach to the construction of digital historical material. It concludes by highlighting the importance of adapting to new demands and methods in order to expand the audience and face contemporary challenges in the dissemination of historical knowledge.

Keywords: Narrative disputes; Audience expansion; Public History

Introdução

Em um país como o Brasil, cuja constante instabilidade político-social, associada a uma herança histórica de interrupções democráticas e a uma guerra ideológica de narrativas sobre o passado, o presente e, por que não, o futuro, excluiu, em nosso entendimento, os sujeitos comuns do processo de narrar e produzir história. Aqui, a disputa ideológica pela história atraiu dois tipos de interessados: os que se vincularam às mais diversas causas e partidos, e aqueles que, embora se apresentem como paladinos em busca da verdade para compreender a realidade, o fazem sem a intenção de transformá-la. Circunscritos a uma esfera dita acadêmica, esses sujeitos monopolizaram por muito tempo a produção histórica e, conseqüentemente, as narrativas sobre a história, não abrindo espaço para que as pessoas a partes desse círculo pudessem contribuir com esse processo.

Este artigo propõe dialogar e defender aspectos que promovam o desenvolvimento de uma História Pública centrada nas relações entre o ensino de história e o uso dos ambientes digitais, com o objetivo de ampliar os debates públicos e historiográficos. Nesse contexto, destacamos as compreensões já estabelecidas sobre História Pública, buscando avançar na discussão acerca do papel dessa abordagem, especialmente no cenário em que historiadores utilizam e constroem narrativas em espaços digitais. Para fundamentar nossas reflexões, recorreremos aos conceitos de divulgação histórica e à qualidade na pesquisa histórica como bases teóricas para sustentar nossas argumentações.

Iniciaremos enfatizando que essa disputa de narrativas evocada no início do texto, não é meramente acadêmica; ela se reflete nas práticas sociais e educacionais de forma intensa, evidenciando a dificuldade de romper com modelos excludentes de produção histórica. A História Pública surge como uma proposta para descentralizar esse processo, dando voz a grupos historicamente

marginalizados e buscando a construção de uma narrativa plural e participativa. Iniciativas como projetos de memória comunitária, a museologia social e a ampliação do acesso a arquivos históricos exemplificam como esse campo tem potencial para subverter os monopólios narrativos e abrir caminhos para novas formas de compreender e ensinar História. No entanto, tais iniciativas frequentemente enfrentam resistência tanto no âmbito institucional quanto no social, muitas vezes sendo alvo de críticas ou ataques que questionam sua validade acadêmica ou suposta neutralidade.

Essa tensão também se manifesta no ensino de História, especialmente diante de reformas educacionais e movimentos que buscam redirecionar a abordagem da disciplina. Exemplos de ataques à educação histórica incluem as tentativas de deslegitimar discussões sobre temas como diversidade, direitos humanos e as próprias bases do Estado democrático. O que nos leva a um questionamento levantado pelo historiador Julio Benvivoglio: “[...] qual é o lugar e qual a nossa voz – de especialistas no estudo do passado e da História do Brasil recente – neste atual cenário das redes digitais?”ⁱ

O questionamento de Julio Benvivoglio ressalta a urgência de refletir sobre o papel dos historiadores em um cenário marcado pela ascensão das redes digitais, onde a produção e a circulação de narrativas históricas estão cada vez mais descentralizadas e sujeitas a interpretações ideologicamente orientadas. Nesse ambiente, temas como diversidade, direitos humanos e o próprio conceito de Estado democrático se tornam alvos de disputas intensas, muitas vezes distorcidos por campanhas de desinformação ou revisionismos que buscam minar os avanços no campo educacional. A ausência de uma atuação proativa dos especialistas pode agravar esse quadro, permitindo que vozes anti-intelectuais ou negacionistas ocupem espaços estratégicos na formação do imaginário coletivo.

Nesse sentido, a História Pública e o uso das redes digitais oferecem uma oportunidade única de reconfigurar esse panorama, ampliando o alcance das narrativas históricas baseadas em pesquisa rigorosa e compromisso ético. Projetos como podcasts, canais de vídeo, e a curadoria de conteúdos históricos em redes sociais têm demonstrado potencial para levar discussões complexas a um público mais amplo, desafiando as distorções promovidas por grupos ideológicos. Além disso, iniciativas de colaboração entre instituições educacionais, comunidades locais e plataformas digitais podem fortalecer o diálogo entre o ensino de História e o conhecimento histórico acessível, tornando as discussões mais participativas e inclusivas.

No entanto, o desafio está em equilibrar a expansão dessas práticas com o combate aos ataques que visam deslegitimar o papel do historiador e do professor na construção de uma sociedade mais consciente de sua história. Isso exige não apenas a criação de conteúdos inovadores, mas também uma postura crítica e vigilante contra a propagação de narrativas autoritárias. Ao reivindicar seu lugar e voz, como sugere Bentivoglio, os historiadores e educadores têm a oportunidade de ressignificar o ensino de História, transformando-o em uma ferramenta poderosa de resistência e de emancipação intelectual frente aos desafios do cenário contemporâneo. Professores e pesquisadores têm utilizado as ferramentas da História Pública para inovar nas salas de aula, incorporando narrativas locais, promovendo debates e utilizando tecnologias como podcasts e vídeos educativos para tornar o ensino mais dinâmico e conectado à realidade dos alunos. Essas estratégias não apenas ressignificam o papel do professor, mas também permitem que os estudantes sejam agentes na produção e na crítica histórica, tornando o processo educativo mais inclusivo.

Entretanto, o impacto negativo dessa disputa de narrativas sobre o ensino de História não pode ser ignorado. A polarização ideológica, exacerbada pela

circulação de desinformação e revisionismos históricos, dificulta a implementação de práticas que ampliem a compreensão crítica dos alunos. Além disso, professores frequentemente enfrentam pressões políticas e sociais que os colocam em posição de defensores de um ensino plural e crítico, enquanto são desafiados por ataques que buscam silenciar ou restringir seu papel. É nesse contexto que o diálogo entre a História Pública e o ensino de História se torna essencial, tanto para superar essas tensões quanto para reforçar o papel da educação como um espaço de construção democrática, onde as múltiplas vozes do passado possam coexistir e informar o futuro.

O que observamos atualmente é um dismantelamento parcial da produção histórica tradicional e sua estrutura elitista, o que traz preocupações legítimas diante da forma distorcida ou pouco rigorosa como algumas narrativas vêm sendo construídas. Essas narrativas, muitas vezes elaboradas por indivíduos ou grupos alheios ao rigor teórico e metodológico da historiografia, têm mobilizado amplas audiências ao disseminar ideias que não apenas contradizem, mas também desafiam o consenso acadêmico sobre temas históricos amplamente pesquisados e debatidos. Tal cenário se agrava quando essas narrativas assumem um caráter negacionista, que, como nos alerta Caroline Silveira Bauer e Fernando Nicolazzi em “O Historiador e o Falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea.”ⁱⁱ, busca desconstruir o estatuto das verdades históricas em favor de discursos que atendem a interesses políticos ou ideológicos específicos.

No entanto, é preciso cuidado ao criticar essas novas formas de narrativa histórica. Por um lado, é fundamental denunciar práticas negacionistas e relativismos perigosos que desprezam evidências e distorcem intencionalmente os fatos históricos. Por outro, a História Pública nos desafia a dialogar com saberes não acadêmicos, incluindo as narrativas de comunidades tradicionais e grupos

marginalizados. Embora esses atores nem sempre dominem plenamente a teoria e a metodologia historiográfica, suas experiências e conhecimentos contribuem significativamente para ampliar as perspectivas históricas, enriquecendo o campo com novos olhares e práticas que questionam as hierarquias tradicionais da produção do saber.

O problema surgiu de maneira mais categórica quando algumas histórias produzidas por não profissionais se juntaram a histórias produzidas por historiadores que faziam coro a teses relativistas – querendo por em dúvida teses históricas consagradas e validadas dentro e fora do campo – e, sobretudo, defendendo até mesmo teses negacionistas colocando em xeque o estatuto das verdades históricas. Acrescente-se a isto o fato de que, em linhas gerais, a sociedade brasileira tenha aprendido muito pouco com a própria história. E essa dificuldade é criada, em grande medida, seja pelo distanciamento da sociedade das decisões e dos debates políticos, seja pela sua baixa formação intelectual e crítica que faz com que muitos indivíduos tenham enormes dificuldades de ler e interpretar um texto ou assimilar manchetes ou leads de jornais impressos e televisivos. Num universo como este, os que detêm o poder econômico e aqueles que decidem a política ou exercem o monopólio sobre as decisões jurídicas – além de controlarem importantes veículos de comunicação – acabam por formar a opinião pública mais geral, tentando impor sua verdade sobre questões de natureza histórica.ⁱⁱⁱ

Dessa forma, o desafio está em equilibrar a crítica às produções que desrespeitam os critérios básicos da historiografia – frequentemente associadas a projetos negacionistas – com a abertura para narrativas que, embora oriundas de fora do meio acadêmico, possuem legitimidade e relevância. Esse equilíbrio exige que os historiadores assumam um papel ativo tanto no combate à desinformação quanto na construção de pontes entre a academia e outros campos do conhecimento. Somente assim será possível preservar o rigor científico

sem desconsiderar as múltiplas vozes que também participam da construção da história.

Parece-nos que há um contexto de crescente interesse por temas históricos, evidenciado pelo aumento nas vendas de livros de história, pelo maior número de espectadores em canais de história e pelo crescimento nas visitas a museus, arquivos e locais históricos. Observamos, assim, um fenômeno significativo. Esse interesse crescente, aliado à proliferação de novos meios de comunicação com audiências cada vez mais amplas, contribuiu para a formação do que conhecemos como história pública.

A história pública questiona as diversas formas pelas quais a história de uma sociedade é criada, institucionalizada, difundida e compreendida. As maneiras como o passado é comunicado e representado levantam questões sobre os usos políticos da história, refletindo as tensões existentes dentro de uma sociedade ao tentar posicionar diferentes visões dos acontecimentos passados. Desejamos explorar como a história pública se manifesta na sociedade contemporânea, analisando suas implicações para a compreensão coletiva do passado e os conflitos inerentes à construção de narrativas históricas. Discutiremos a influência dos novos meios de comunicação, a crescente acessibilidade às fontes históricas e o impacto desses fatores na forma como o público interage com a história. Ao entender essas dinâmicas, podemos obter uma visão mais clara de como a história é utilizada não apenas para refletir o passado, mas também para moldar identidades e políticas no presente.

Reconhecemos que não alcançaremos grandes públicos, pois essa ideia pode ser questionada, uma vez que não estamos diretamente interagindo com o grande público, mas sim com amplas audiências. Como Bruno Leal e Anita Lucchesi^{iv} salientam, é importante considerar o alcance e o impacto das narrativas históricas, mesmo que não as atinjam massivamente. Para Antonio Cazorla-

Sánchez e Adrian Shubert^v se considerarmos que a História Pública é uma narrativa (ou várias narrativas) do passado, não necessariamente elaborada por historiadores profissionais, que tem como objetivo educar o público em geral. Uma condição para o sucesso de tal empreendimento enquanto acadêmicos é ter um discurso subjacente minimamente coerente. Uma segunda condição para o sucesso de um projeto oficial de história pública é a consistência e a persistência para entender o nosso lugar de produção e como podemos amplificar a disseminação dos nossos resultados obtidos

A verdade nem sempre está do lado dos que vivenciam diretamente o evento, tampouco daquelas autoridades mais elevadas que falam sobre eles. Mas ver pessoas querendo disputar autoridade sobre um assunto delicado que desconheciam – mobilizados por discursos orientados por ódios e paixões políticas, mais que por dados concretos – era bastante incômodo para um historiador com doutorado em história econômica e que desde então sempre estudou e acompanhou a economia brasileira não só por meio de jornais, revistas, programas de tv ou memes, mas atento ao debate internacional, aos dados da realidade econômica no Brasil e no exterior.^{vi}

O incomodo de Julio Benthivoglio é o incomodo de muitos outros historiadores e historiadoras, superar as bolhas das redes sociais e do senso comum. Nesse sentido, Rogério Rosa e Viviane Borges^{vii} destacam que a participação de historiadores no debate público, atravessados por questões vivas do presente em que estão inseridos, perpassa estas preocupações com o alcance e a disseminação. Fazer da história um ofício é pensar também em como somos afetados e no quanto compartilhamos desse afeto com aqueles que pretendemos estudar. Como testemunha, sujeito e pesquisador, não é pelo fato de dominar técnicas exclusivas, ou reivindicar notório saber sobre os acontecimentos do passado, os quais trafegam em correntezas mansas ou turbulentas na atualidade,

que o historiador situado nessa margem de pesquisa se diferencia dos colegas que atuam em outros campos da história.

Isso significa que, embora nosso objetivo não seja alcançar cada indivíduo, a profundidade e a relevância de nossas narrativas podem influenciar de maneira significativa aqueles que têm acesso a elas. Através de um engajamento cuidadoso e da disseminação de informações de alta qualidade, podemos criar um efeito cascata, onde nossas ideias e interpretações históricas sejam compartilhadas e discutidas em círculos mais amplos, eventualmente permeando a consciência coletiva de maneira indireta, mas eficaz. Assim, ao considerarmos os desafios e as possibilidades de interagir com amplas audiências, devemos refletir sobre como a história pode ser utilizada para envolver e impactar o público, reconhecendo a complexidade e as tensões inerentes ao nosso trabalho enquanto historiadores. Dito isto, a importância reside não apenas no número de pessoas alcançadas diretamente, mas na qualidade e no impacto duradouro das nossas contribuições para o entendimento histórico.

Daniela Torres-Ayala, que é pesquisadora do Centro de Pesquisa e Educação Popular (CINEP) em Bogotá, na Colômbia, tem se preocupado com as questões da produção e da difusão do conhecimento histórico, em sua percepção:

Los lugares institucionales de producción y difusión del conocimiento histórico, muchas veces invisibilizan otras formas de entender el pasado y el presente dando protagonismo a cierto tipo de acontecimientos o personajes. Un ejemplo de ello son las historias nacionales, en las que las significaciones culturales como el patriotismo o la ciudadanía son expuestas masivamente y siguen reproduciendo exclusiones históricas. Esto es lo que muchos movimientos sociales han puesto en cuestión y que les ha permitido reivindicar una agenda política en la que sus propias visiones del pasado y del presente sean tenidas en cuenta como narrativas históricas posibles. Pluralizar el lugar de enunciación de la historia es uno de los objetivos de algunas

de las propuestas de la historia pública, es decir, democratizar el conocimiento histórico en un esfuerzo colaborativo por crear diálogos entre varias interpretaciones del pasado es una petición de reconocimiento institucional de otras formas del hacer y del quehacer histórico.^{viii}

Mas com qual noção de historiador público estamos dialogando? Partiremos da noção dimensionada por Carvalho e Lucchesi em diálogo com Newell, assim evidenciada:

Para Newell, o historiador público se define (se diferencia dos demais historiadores) tendo em vista sim características: 1) a experimentação de novas fontes e novas abordagens; 2) a comunicação com vários públicos; 3) o trabalho em equipe; 4) os vários meios empregados para difundir o conhecimento; 5) o confinamento temático de suas pesquisas e experimentações.^{ix}

Essa dimensão de público que o autor defende, portanto, o que compartilhamos, em cinco pontos que reforça todas as afirmações e analogias neste trabalho, por muito tempo desenvolvemos atividades em história e consideramos o seu caráter teórico-pragmático. É notável a desvinculação intrínseca desse campo com aspectos de uma História mutável, que se fundamenta na análise de fontes e na ampliação de compreensões sobre fatos, eventos e os processos da civilização humana. Com essa perspectiva, a difusão do conhecimento histórico ganhou visibilidade devido à influência da História Pública Digital, ou seja, aos amplos usos em ambientes não convencionais de ensino.

Fernando Nicollazi^x amplia esse debate acerca da tentativa de definição do historiador/a público/a, uma vez que, entende que envolve um conjunto complexo e de fatores variados. Para o autor, esses fatores podem referir-se tanto à criação de algo, conforme indagado por Michel de Certeau em "A Escrita da História" ao questionar o que o historiador produz ao fazer história, quanto aos processos de

legitimação frequentemente adotados pelos pares acadêmicos, como a banca de tese ou o parecer técnico, que são formas evidentes de reconhecimento. Além desses aspectos, é possível considerar, que tal definição também depende de um processo de construção subjetiva que envolve a prática de certas virtudes epistêmicas, morais e sociais. Para falarmos da modalidade disciplinada de historiador (normalmente associada ao “historiador profissional”), é necessário considerar que, além dos diplomas e mecanismos disciplinares de reconhecimento, do domínio das técnicas metodológicas e dos protocolos teóricos que estruturam a disciplina, também são realizadas algumas “técnicas de si” que não se sobrepõem necessariamente aos requisitos epistemológicos exigidos pelas normas internas da profissão.

Adrian Shubert enfatiza que a História Pública é qualquer história que se faça fora do âmbito acadêmico ou mesmo escolar, porém, parece-nos sensato afirmar que não há uma política pública educacional clara com objetivo de educar os cidadãos sobre o passado e que essa função ainda é atribuída grosso modo ao espaço escolar, em resumo, a figura do/a docente de História. Portanto, desde o início, destacamos que nossas compreensões sobre a História Pública neste texto estão atreladas às relações entre o ensino de História, os usos e as produções do conhecimento em ambientes digitais e às experimentações de projetos relacionados a essas temáticas.

Os historiadores especialistas em Ensino História e suas relações com História Pública, Rodrigo de Almeida Ferreira e Miriam Hermeto^{xi}, em “História Pública e Ensino de História”, adicionam as compreensões sobre o “saber fazer” do historiador, algo que se destaca nas demandas de um novo tempo. O que faz uma requisição direta de um *upgrade* do “*historiador-docente*”^{xii}, permitindo a exploração e ampliação das compreensões sobre a atuação e o fazer dos

profissionais da história em relação direta com um público específico é um dos caminhos mais viáveis para possibilitar o conhecimento histórico.

O que estamos enfatizando é que não há necessidade de intermediários para levar as investigações acadêmicas para o público amplo, uma vez que, os historiadores acadêmicos não precisam mais manter uma obsessão pela objetividade e distanciamento (neutralidade) de seus objetos de pesquisa, muito menos participarem de uma ação premeditada de distanciamento entre suas pesquisas e o público em geral^{xiii}. O futuro é o diálogo, tal qual enfatiza Daniela Torres-Ayala:

Este distanciamiento, guiado por investigaciones cada vez más específicas, hizo que las audiencias se redujeran a nichos especializados y representados por sus pares académicos en el que el reconocimiento pasaba por la aprobación de la comunidad científica de historiadores que deseaba alejarse de un estilo popular de escritura de la historia. Es este contexto de cuestionamientos a las formas tradicionales de hacer historia y frente a una crisis laboral de la disciplina que la historia pública como campo se hace posible, cobra validez e importância.^{xiv}

Ao considerarmos que o trabalho artesanal do historiador envolve o desenvolvimento de produtos históricos, com foco na criação de artefatos para ambientes digitais, representando um avanço significativo para a pesquisa histórica contemporânea^{xv}, propomos um olhar inovador. Não apenas apresentamos aspectos da História Pública, mas também reconhecemos a crescente digitalização da informação como um método de desenvolvimento desses produtos, ressoando na teoria da história. A conexão entre estratégias e táticas, relacionadas a Michel de Certeau, destaca-se como um elemento crucial na compreensão das dinâmicas históricas em meio às transformações de um

novo tempo é evidenciar as compreensões e a presença do cotidiano das pessoas, ou seja, é também trabalhar com a consciência histórica que as pessoas possuem.

A mediação do passado através das experiências daqueles que vivenciaram a história é de valor inestimável. Embora "os historiadores públicos e acadêmicos compartilhem a preocupação de entender e comunicar o passado, eles diferem na abordagem com a qual trabalham: um campo tem profundidade e o outro, amplitude"^{xvi}. A amplitude do campo histórico é crucial, pois reconhece que o público ou as audiências não apenas recebem passivamente as representações do passado feitas pela disciplina, mas as avaliam de forma crítica, mediadas por suas próprias experiências. Dessa forma, o passado ganha vida e relevância através da lente única de cada indivíduo, enriquecendo a compreensão histórica coletiva. Além disso, essa abordagem propõe uma expansão nas discussões ao integrar elementos contemporâneos, abrindo espaço para uma reflexão sobre as implicações dessas mudanças aderindo ao debate os aspectos das tecnologias digitais.

Produção, recepção e audiência: uma preocupação da História Pública brasileira

Outra faceta da História Pública é a divulgação da história, trata-se da produção de conteúdo histórico o que, propomos como um dos pilares para as nossas noções da História Pública brasileira, a preocupação com o que produz e para quem produz. Parafraseando Liddington, a História Pública está mais associada ao "fazer" do que aos sujeitos envolvidos, ela é menos sobre "quem" ou "o que" é mais sobre "como".^{xvii}

Em artigo anterior Daniel Ferreira da Silva^{xviii} propõe a ideia do tratamento artesanal no processo de construção de material para o ambiente digital. Dessa forma, essas perspectivas servem como ponto de partida para nossa reflexão,

destacando o cuidado artesanal do historiador e seu papel no processo de elaboração desse material. A produção, como ponto de partida, está intimamente ligada a uma audiência específica. Esta audiência pode ser compreendida como o público interno, constituído por pessoas, comunidades e instituições que se beneficiarão da utilização do material inicialmente produzido. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo que o foco esteja inicialmente na audiência interna, o produto pode ter um alcance mais amplo, resultando em produções subsequentes.

O segundo estágio envolve o profissional da história, que emprega sua habilidade artesanal para moldar um produto no contexto disponível. Ele se envolve em todo o processo de elaboração, desde a seleção de fontes até a escolha do que é relevante e a determinação da linguagem adequada para se comunicar com seu público. Portanto, ao compreender quem é sua audiência (o público interno), ele procura direcionar sua produção para uma audiência inicial (X), mas aqueles que recebem e compreendem seu material não se limitam apenas a este grupo, incluindo também o público (Y). Dessa maneira, percebemos que o produto não está restrito a um único grupo, mas consegue atingir uma variedade de públicos, assim como apresenta diferentes formas de compartilhamento e utilidade para o material desenvolvido.

O terceiro estágio envolve aqueles que produzem sem possuir um conhecimento prévio sobre o tema, ou sem estudos profissionais na área, ou até mesmo por pura motivação pessoal. Estes criam seus produtos com base principalmente na amplitude da audiência. Ou seja, é possível notar que seus produtos não são estruturados de maneira a proporcionar aprendizado (absorção) ou reflexões. Torna-se evidente, portanto, a amplitude e o potencial dos *likes* e compartilhamentos que essas audiências podem gerar, além de possibilitar retornos financeiros.

As relações entre produções, produtores, plataformas e audiências, nos impelem a compreender os casos dos produtos disponíveis na *internet*, existem diversas funcionalidades, intenções, interesses e concepções políticas e ideológicas envolvidas. No entanto, ao analisarmos um caso específico, como a plataforma de streaming do *YouTube*, percebemos uma cultura participativa que promove interações entre a plataforma (um agregador de conteúdo) e seus usuários. Isso potencializa a divulgação e a produção dentro deste ambiente. Portanto, a plataforma não se responsabiliza pela produção de vídeos e suas políticas de inclusão são baseadas em critérios bem específicos. Ao lembrarmos este caso em particular, podemos fazer menção à pesquisa apresentada por Claudia Bovo e Marcos Pinheiro:

Em recente pesquisa realizada pela Google sobre o uso de sua plataforma de streamings de vídeos, o YouTube, quando questionados sobre quem são as pessoas que mais influenciam suas opiniões, nenhum dos usuários da rede social mencionou a figura do docente ou de instituições de ensino.^{xix}

Portanto, o mecanismo de utilização e os parâmetros de compartilhamento realizados pela plataforma não favorecem os profissionais da área. Os interesses não têm como ponto de partida os usuários, mas sim os algoritmos de pesquisa que a plataforma utiliza. Salienta Daniel Loiola:

A mudança não parecia algo tão novo, já que a personalização de resultados do Google já acontecia há vários anos, porém agora esse recurso seria estendido, tornando-se disponível para um número maior de pessoas, que não precisariam mais ter uma conta para ter acesso aqueles recursos que antes eram restritos. Entretanto, isso significava também que não existiria mais um “Google padrão”, já que cada usuário do site teria seus resultados modificados de alguma forma, fazendo com que eles se adaptassem aos interesses de cada um. Cada busca seria modificada para o computador de cada usuário, de acordo

com outras buscas feitas por ele nos últimos 180 dias. Tais resultados seriam possíveis através de um cookie colocado no computador do usuário. O uso desses sistemas de personalização não se limita a sites como o Google, mas também aparecem em lojas virtuais para recomendar produtos e no Facebook, para organizar o feed de notícias, por exemplo, assim como no YouTube, para mostrar recomendações de vídeos.^{xx}

Dessa maneira, as considerações de Loiola não apenas proporcionam uma visão das demandas contemporâneas, mas também ampliam e abrem caminhos para diversas compreensões do nosso tempo. Ao nos confrontar com um público em constante evolução, suas análises instigam uma reflexão mais ampla sobre os desafios e possibilidades que permeiam a interseção entre a produção de conhecimento histórico e as tendências digitais. Outro fator que merece análise é que os profissionais da área (historiadores-docentes) não recebem formação adequada para atuar em outros espaços. Ou seja, o professor não conta com o suporte necessário para desenvolver de maneira aceitável, com linguagem técnica e comunicação diversificadas para a internet, algo que é bem pontuado pela professora Janaina Cardoso de Mello da Universidade Federal Federal de Sergipe, em entrevista com o programa de *podcast* Conexão História Podcast^{xxi}.

Nesse cenário, as plataformas digitais surgem como agentes ativos, desempenhando um papel central na sugestão e disseminação de conteúdo histórico. Assim como continua a salientar Janaina Mello em sua fala, “é necessário aprendermos a usar essas ferramentas para não ficarmos dependentes do pessoal da computação”. Toda a experiência dos usos pela população é evidenciada num processo intrigante de sugestões, baseadas no perfil do usuário, impulsionado por algoritmos sofisticados, não apenas reflete as preferências individuais, mas também molda ativamente as narrativas históricas,

estabelecendo uma relação dinâmica entre os produtores de conteúdo e o público em constante transformação.

Essa interação complexa entre a produção de conhecimento histórico e as plataformas digitais destacam a necessidade de uma análise mais abrangente, considerando não apenas a eficácia da transmissão de informações, mas também as implicações éticas e culturais inerentes a essa nova era digital. Em meio a essas complexidades, a compreensão aprofundada proposta por Loiola oferece um ponto de partida sólido para explorar as nuances desse ambiente em constante evolução. E no que concerne as falas da professora Janaína, nos serve de alerta para as demandas de um novo tempo, que requer do historiador-docente a atualização de seus métodos, coisas tais que já são exploradas pelas instituições privadas de ensino básico.

Assim, evidenciamos uma pesquisa realizada na tentativa de identificar por meio dos Planos Pedagógicos de Curso em História nas Universidades Federais de Minas Gerais. Essa recente pesquisa feita no meio da Pandemia do Covid 19 (2021) sobre os currículos das graduações em história foi realizada por George Leonardo Seabra Coelho, Luiz Gustavo Martins da Silva e Thalita Maria Francisco da Silva, que resultou a publicação de “Tecnologias digitais, formação e ensino: uma análise dos PPCS de licenciatura em história no Estado de Minas Gerais”^{xxii}. Os autores exploraram as divergências curriculares em sete instituições federais do estado, no qual, observou-se, em sua grande maioria, a ausência de disciplinas específicas para o tratamento de fontes ou materiais digitais, bem como a produção desses materiais.

Peter Burke e Asa Briggs já avaliaram as nuances da história dos mais variados dispositivos de comunicação que abriram caminho para os atuais computadores, a evolução do digital e outras inovações em relação à mídia na obra “História Social da Mídia”. Nessa obra o principal objetivo dos autores está em

demonstrar a relevância do passado até o presente, passando pela história dos estudos de mídia e o papel da mídia na história.

O tema, amplo e em constante transformação, reflete a perspectiva otimista dos autores, quanto ao futuro dos processos de comunicação em formato *online*. Eles sugerem, no entanto, que novas perspectivas e formas de trabalho com as mídias podem surgir. Sua contribuição no campo do estudo da comunicação está em abordar temas que, embora já bastante explorados, nem sempre são adequadamente relacionados aos fenômenos histórico-sociais que acompanham suas transformações.

Nesse aspecto, reafirmam que "intenções imediatas, estratégias e táticas dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto no qual operam, assim como as mensagens que transmitem"^{xxiii}. Considera-se, assim, o contexto social em que os processos comunicativos ocorrem, a perspectiva social que reconhece a presença dos meios de comunicação, analógicos e digitais, na cultura coletiva e na formação da opinião pública. Compreende-se, portanto, os meios de comunicação como indutores do consumo de bens materiais e simbólicos e os principais disseminadores de conteúdos informativos, educativos e de entretenimento entre as diversas camadas sociais ao longo dos anos.

Para além, gostaríamos de salientar algumas compreensões de Byung-Chul Han sobre a história digital ou a produção no ambiente digital. A primeira observação é não haver espaço para a esfera pública na *internet*, pois seu ambiente é extremamente nocivo, impositivo e ditatorial. Em segundo lugar, esse ambiente é associado a um enxame, no qual há muito barulho, agitação e imposição sobre tudo e todos. O filósofo acrescenta não haver espaço para uma produção séria, ou para a esfera pública atuar, pois não existe uma troca efetiva de experiências, informações e saberes. Além disso, Han menciona o parâmetro da "*Shitstormig*", ou seja, a grande tempestade de bobagens e inutilidades. Han

ainda complementa em seu texto que quem reina como soberano na comunicação digital, é aquele que domina a grande tempestade, afirmado da seguinte forma — “é soberano quem dispõe do *Shitstormig* em rede”.^{xxiv}

Exemplos de história pública: divulgação da história, ensino e construção o conhecimento histórico

Na era digital, onde a informação histórica penetra como um bisturi afiado, o tecido social, é imperativo compreender a responsabilidade que recai sobre aqueles que moldam discursos. Assim como um médico qualificado utiliza seu bisturi com precisão, os indivíduos devem manusear a história com cuidado, reconhecendo seu potencial tanto para edificar quanto para causar danos. O paralelo entre o bisturi do médico e a informação histórica destaca a necessidade de afiação constante da nossa compreensão do passado. Se negligenciarmos essa afiação, arriscamos empregar o conhecimento histórico de maneira equivocada, provocando danos à compreensão coletiva e às bases da sociedade.

A analogia se estende ao cenário político, onde o passado é frequentemente invocado para legitimar discursos. Contudo, a utilização desse bisturi histórico deve ser feita com discernimento, evitando cortes imprecisos que resultem em interpretações distorcidas. É vital reconhecer que a informação histórica na *internet* é uma ferramenta poderosa, capaz de gerar diálogos construtivos ou perpetuar equívocos. A ilustração do bisturi cego adverte sobre os perigos de um uso indiscriminado da história, instando a uma abordagem crítica e contextualizada.

Ao refletir sobre o papel do passado na construção de discursos, é imperativo evitar extremos ideológicos e buscar um equilíbrio informado. Essa busca, embora possa parecer utópica, é crucial para prevenir danos inimagináveis que uma interpretação inadequada da história pode causar na malha social, em

amplitudes e profundidades inimagináveis. Não argumentamos que a história deva ser um campo exclusivo dos historiadores, mas ressaltamos a importância de considerar o contexto e evitar o uso de ideologias extremistas para fins persuasivos. Embora reconheçamos que “jogos de interesses” possam influenciar a narrativa, é fundamental que a história seja abordada com discernimento. Todos aqueles que não possuem um conhecimento profundo dos aspectos teóricos e metodológicos da história devem ter cautela para não transformá-la em um conjunto de dados desprovido de rigor científico.

A utilização dos meios midiáticos para a propagação da história não acadêmica tem se intensificado durante a pandemia, com muitos professores recorrendo a meios virtuais para complementar atividades, compreensões e afirmações simplificadas em sala de aula. João Carlos Escosteguy Filho^{xxv} acrescenta que isso contribui não apenas para ampliar e modificar as interações sociais cotidianas, mas também para expandir os espaços de discussão pública contemporâneos, especialmente para a produção de interpretações históricas.

O ciberespaço possibilita uma ampliação do conhecimento sobre diversos temas, atualmente o mais popular entre essas diversas manifestações é o *podcast* que popularmente, é interpretado como um programa de rádio disponível na *internet*. Em uma definição mais específica Marcelo de Souza Silva e César Agenor Fernandes da Silva^{xxvi} ressaltam, que podcasts são arquivos de áudio que abordam diversas temáticas, atendendo a diferentes nichos de público, incluindo história, entre outros assuntos.^{xxvii}

Se pensarmos a respeito do caráter ideológico para projetos além dos ambientes convencionais do ensino de história, podemos perceber que existe a possibilidade, através dos podcasts e vídeos em plataformas como *YouTube*, *Spotify*, *Deezer*, entre outros, de ampliar o debate histórico para públicos que não são considerados leigos. É possível identificar os temas mais ouvidos e buscados

nas plataformas nas quais o podcast está disponível. As cinco primeiras categorias destacadas são: cultura pop, humor e comédia, ciência, história e política. Em quarto lugar, os temas que dizem respeito à área de história, o que está conforme a ênfase desta pesquisa nesse campo específico de estudo. O resultado da pesquisa, especialmente na seção dedicada aos produtores, demonstra a predominância do podcast em plataformas exclusivas de áudio.

No contexto de vídeos, por exemplo, vale salientar as experiências do professor Marcos Sorrilha Pinheiro (Unesp-Franca) em seu canal no *YouTube* chamado 'Canal do Sorrilha', onde cria vários vídeos comentando questões sociais, políticas e culturais norte-americanas. O que podemos entender como um 'diálogo na elaboração e divulgação do conhecimento histórico, seja na sala de aula ou fora dela, exige a produção compartilhada por parcerias efetivas.^{xxviii}

Cabe evidenciar que, em nossa forma de entender a prática, ninguém faz História Pública sozinho. Uma vez que, percebemos, a necessidade de parcerias efetivas e a compreensão, principalmente, de quem é o nosso público para poder direcionar nossas atividades de forma específica. Podemos perceber isso, por exemplo, quando Campanini e Baroni pontuam:

Entendemos a Divulgação Científica como um campo de atuação no qual cientistas, em suas mais diversas formações, promovem a divulgação e extensão do conhecimento universitário a um público mais abrangente. Seu objetivo não é simplesmente reproduzir o saber acadêmico, mas repensá-lo em linguagens e formatos mais acessíveis aos receptores, que nem sempre estão familiarizados com os formatos acadêmicos.^{xxix}

Claro, nosso intuito é discutir a divulgação científica, destacando sua importância e relevância para a disseminação e expansão do conhecimento universitário em nossas percepções. Porém, considerando que um dos pilares da História Pública é a divulgação da história, surge a questão de se é necessário

adotar uma nova perspectiva para abordar o conceito de público, indo além dos padrões estabelecidos por Hannah Arendt e Jürgen Habermas. No quesito público, diversos historiadores e filósofos apresentaram diferentes conceitos, dos quais compartilhamos e entendo a aplicabilidade.

Pensamos a necessidade de trazer novas perspectivas ao debate, associando o conceito de público às reflexões sobre História Pública e ensino de história, presentes desde o início deste texto. Visualizamos um grande círculo, chamado de público, onde estamos no centro desse círculo, sendo um ponto focal. Faremos um círculo ao redor desse ponto, representando nossa compreensão sobre o público. Durante essa noção, as perspectivas utilizadas serão o público interno e o público externo. O público interno é observado como aquele com quem temos contato na pesquisa histórica, incluindo fontes, documentos e narrativas. Esse público engloba os objetos de estudo, como pessoas entrevistadas para construir narrativas históricas. No ambiente digital, por exemplo, seria o público-alvo do produto que estamos desenvolvendo, considerando faixa etária, recortes temporais e uma construção compartilhada.

Quanto ao público externo, podemos compreendê-lo como as pessoas que têm acesso indiretamente ao material desenvolvido. No ambiente escolar, o professor pode desenvolver atividades para o público interno dos alunos, mas o sucesso dessa intervenção faz com que os alunos compartilhem o conhecimento indiretamente com outros, como pais, avós e colegas. O público externo está ligado indiretamente, mas é atingido pelo uso de táticas de divulgação do público interno e dos desenvolvedores do material. Resumidamente, historiadores-docentes desenvolvem trabalhos para públicos específicos, considerando faixa etária, recortes temporais e linguagens apropriadas. Um trabalho bem desenvolvido pode ultrapassar as perspectivas de uma comunidade, alcançando uma comunidade escolar ou a sociedade civil na totalidade.

Além disso, existem práticas não escolares que desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento histórico para o público em geral. A história pública envolve atividades que levam o conhecimento histórico para fora das salas de aula tradicionais e o tornam acessível a um público mais amplo. Isso inclui exposições em museus, documentários, *podcasts*, publicações populares, *blogs*, redes sociais e eventos culturais. Essas práticas permitem que a história seja apresentada de maneira envolvente e acessível, atingindo pessoas de diferentes idades e origens sociais.

[...], o "triunfo da história" não apenas persiste como também se desdobrou em outros tantos objetos que são vorazmente consumidos no meio social: biografias, blogs, documentários, podcasts, filmes, palestras, jogos de tabuleiro, jogos eletrônicos, jogos de cartas, eventos comemorativos, aplicativos, vídeos, um canal de televisão totalmente dedicado à História e toda sorte de "produtos históricos". A grande questão para nós que fazemos da interpelação do passado um ofício é que, tal como antes, essa demanda social continua a ser pela História e não por historiadores. ^{xxx}

Os museus, por exemplo, oferecem exposições interativas e programas educativos que atraem famílias, turistas e estudantes. Documentários e *podcasts* podem explorar temas históricos de maneira aprofundada e cativante, alcançando uma audiência global através de plataformas de streaming. *Blogs* e redes sociais permitem a divulgação rápida e ampla de informações históricas, bem como a interação com o público.

Eventos culturais, como feiras de história, reconstituições históricas e palestras públicas, também são maneiras eficazes de engajar o público com a história. Esses eventos oferecem experiências imersivas e oportunidades para aprender de forma prática e divertida. A colaboração entre historiadores,

educadores e comunicadores é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, garantindo que o conteúdo seja preciso, relevante e acessível.

Entendemos que propiciar o contato de diferentes públicos com uma diversidade de histórias e memórias relativas aos sujeitos que fizeram e fazem parte da história da cidade, por meio dos centros de memória, pode oferecer um contraponto significativo a visões mais restritas e talvez conservadoras que circulam em vários meios de comunicação; e tem, sobretudo, a possibilidade de contribuir para fortalecer a formação de certa consciência histórica mais plural, mais sensível ao reconhecimento da legitimidade da presença de diversos "outros" no espaço público. Desta forma, fortalecer o desenvolvimento de uma compreensão mais aberta, sensível, democrática da vida social.^{xxxi}

Em resumo, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, a disseminação do conhecimento histórico é essencial para a formação de uma sociedade informada e consciente de seu passado. A combinação de práticas educacionais tradicionais e não escolares permite que a história alcance um público diversificado, promovendo uma compreensão mais ampla e profunda dos eventos que moldaram o mundo em que vivemos e objetivamente são úteis no combate ao negacionismo histórico.

Considerações

No texto, abordamos diversos aspectos de uma História Pública centrada na divulgação histórica e suas relações com a formação de historiadores-docentes, o ensino de história e o uso das tecnologias. Observamos e discutimos criticamente as fases da História Pública no Brasil, em parâmetros regionais e mundiais, destacando a similaridade que o fazer histórico proporciona para uma noção inovadora de público.

O público que enfatizamos aqui sugere a ideia de uma história que pode se relacionar com diversas abordagens e diferentes públicos, sem a obrigação de alcançar um grande público, pois essa ideia seria utópica. Um ponto central é o combate não apenas à disseminação conflituosa de materiais digitais, mas também ao comprometimento ético da profissão ao lidar com revisionismo e negacionismo histórico, que se espalham, especialmente após 2018.

Para aprimorar nossas práticas voltadas ao ensino de História, é fundamental que os historiadores compreendam a dinâmica da História Pública e os diferentes meios de obtenção de dados aos quais os alunos têm acesso. No atual cenário, em que os estudantes são constantemente expostos a múltiplas narrativas e informações disponíveis em plataformas digitais, o papel do historiador-docente se torna ainda mais relevante. Cabe a ele não apenas ensinar o uso crítico dessas fontes, mas também adaptar suas metodologias para dialogar com as linguagens digitais e os interesses desses jovens. Integrar as práticas da História Pública ao ensino possibilita não apenas a análise e desconstrução de discursos desinformativos, mas também o desenvolvimento de uma educação histórica mais participativa e conectada à realidade contemporânea, capaz de formar cidadãos conscientes e críticos.

Portanto, concluímos o presente trabalho apresentando algumas novas compreensões sobre o público, nossas relações com ele, as informações na internet e o uso de tecnologias para difundir o conhecimento histórico. Enfatizamos a necessidade de um engajamento crítico e ético dos historiadores na esfera pública, para assegurar que o passado seja compreendido de forma precisa e significativa. Ao reconhecer e enfrentar os desafios impostos pelos novos meios de comunicação e pela crescente acessibilidade às fontes históricas, podemos não só ampliar o alcance do conhecimento histórico, mas também fortalecer a construção de identidades e políticas no presente. Assim, defendemos uma

História Pública que não apenas reflita o passado, mas que ativamente participe na formação do futuro, promovendo debates públicos e historiográficos mais inclusivos e dinâmicos.

Notas

ⁱ BENTIVOGLIO, Julio. Verdades, disputas de narrativas e bolhas de opinião: o fazer histórico no Brasil pós-golpe de 2016. In: MERLO, Patricia; *et. al* (Org.). **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-ES: negacionismo, verdade e fazer histórico**. Volume 1. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 97-119.

ⁱⁱ BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, v. 32, n. 60, p. 807-835, set. 2016.

ⁱⁱⁱ BENTIVOGLIO, Op. Cit., 2021, p. 141.

^{iv} LUCHESSI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História Digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.) **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 149-164.

^v CARZOLA-SÁNCHEZ, Antonio; SHUBERT, Public History. In CARZOLA-SÁNCHEZ, Antonio; SHUBERT; MENEZES, Alison. R. **The Bloomsbury Handbook of the Spanish Civil War**. Londres: Bloomsbury Academic, 2023, p. 737-740.

^{vi} BENTIVOGLIO, Op. Cit., 2021, p. 138.

^{vii} RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (Org.). **História Pública e História do Tempo Presente**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p.12.

^{viii} TORRES-AYALA, Daniela. Historia pública. Una apuesta para pensar y repensar el que hacer histórico. **Historia y sociedad**, n. 38, p. 229-249, 2020. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/80019>. Acesso em: 10 jul. 2024, p. 231.

^{ix} NEWELL apud CARVALHO; LUCCHESI, Op. cit., 2016, p. 151.

^x NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, (18), 18-34, 2018. <https://doi.org/10.12957/revmar.2018.31121>. p. 20.

^{xi} HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida (orgs.). **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

^{xii} SABEH, Luiz Antonio. Novas mídias para a produção e comunicação do conhecimento Histórico. In: MONTEIRO, Livia Nascimento; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **História pública como prática colaborativa: experiências do Laboratório de História Pública e de formação docente durante a pandemia**. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. p. 30-42, p. 30.

^{xiii} CAUVIN, Thomas. El auge de la historia pública: una perspectiva internacional. **Historia Crítica**, v. 1, n. 68, p. 3-26, 2018. Disponível em:

<https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/hiscrit/article/view/4538> . Acesso em: 11 jul. 2024.

^{xiv} TORRES-AYALA, Op. Cit., 2020, p. 234.

^{xv} SILVA, Daniel Ferreira da. O trabalho artesanal do historiador e o produto histórico: reflexões sobre construção de uma história no digital. **Faces de Clio**, v. 9, n. 18, p. 170–188, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/41907>. Acesso em: 2 jan. 2024.

^{xvi} HUYCK, Heather Twenty-Five Years of Public History: Perspectives from a Primary Document. **The Public Historian** 21, no. 3, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3378957>. p.32.

^{xvii} LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011. p.31–52. p. 50.

^{xviii} LIDDINGTON, Jill. Construção de uma história no digital. **Faces de Clio**, v. 9, n. 18, p. 170–188, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/41907>.

^{xix} BOVO, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. História pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 16, p. 113–134, 20 dez. 2019, p. 114.

^{xx} LOIOLA, Daniel Felipe Emergente. **Recomendado para você**: o impacto do algoritmo do Youtube na formação de bolhas. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 21.

^{xxi} Entrevista com título: “O futuro da História e o uso das tecnologias”. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/22lmZKrESXTcPAXudy2rhl?si=VpqAniEFSvCeL-IKMXUBag>.

^{xxii} DA SILVA, Luiz Gustavo Martins; DA SILVA, Thálita Maria Francisco; COELHO, George Leonardo Seabra. Tecnologias digitais, formação e ensino: uma análise dos PPCS de licenciatura em história no Estado de Minas Gerais. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 40, n. 1, p. 51–73, 2022.

^{xxiii} BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: De Gutenberg à Internet. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 17.

^{xxiv} HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Editora Vozes Limitada, 2018, p.20.

^{xxv} ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 39–65, 2019.

^{xxvi} SILVA, Marcelo de Souza; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. A divulgação científica em história por meio de *podcasts*: possibilidades de educação histórica pela internet. In: LARA, Renata Marcelle; CAMARGO, Hertz Wendel de (org.). **Conexões**: mídia, cultura e sociedade. Londrina: Syntagma Editores, 2017, p. 257–285.

^{xxvii} Definindo o *podcast* como um produto do ambiente virtual, Medeiros (2007, p. 81) identifica três dimensões: “o Modelo Metáfora de um programa de rádio, o Modelo Editado da grade de programação e o Modelo Registro” Por sua vez, Cury (2016, p. 12) define, em nota de rodapé, “*podcasting*” como “Forma de publicação de arquivos de mídia digital (áudio, vídeo, foto, etc.) por meio da internet, que permite aos usuários acompanhar a sua

atualização". Carvalho (2013, p.1), trabalhando a partir de Primo (2005), indica o *podcast* como "programas sonoros que podem ser buscados na Internet" e "que normalmente vinculam-se a um blog, espaço onde se tem acesso a conteúdo em diversas linguagens e onde pode ocorrer a interação entre os participantes do processo". Ver em: COUTO, Ana Luíza S.; MARTINO, Luís Mauro Sá. Dimensões da pesquisa sobre podcast: trilhas conceituais e metodológicas de teses e dissertações de PPGComs (2006-2017). **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 9, n. 02, pp. 48-68, jul./dez. 2018.

^{xxviii} FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a História Pública e o ensino de história? In: Mauad, Ana Maria, Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane Trindade. **Que História Pública queremos?** São Paulo: Letra & Voz, 2018, p. 29-48. p. 38.

^{xxix} CAMPANINI, Andrei Felipe; BARONI, Gabriel Vinicius. Produção e reprodução do conhecimento escolar em tempos de fake news: as contribuições da Divulgação e da Alfabetização Científica no ensino de História. **Revista Aedos**, v. 15, n. 34, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/128304>. Acesso em: 20 jun. 2024, p. 312.

^{xxx} CARVALHO, Bruno; TEIXEIRA, Ana Paula. (orgs). **História pública e divulgação de história/**. – São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 9.

^{xxxi} ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira; *et all.* Como fazer a história local se tornar pública, e para quem? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (orgs.) **História pública em movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 92.

Referências

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, v. 32, n. 60, p. 807-835, set. 2016.

BENTIVOGLIO, Julio. Verdades, disputas de narrativas e bolhas de opinião: o fazer histórico no Brasil pós-golpe de 2016. In: MERLO, Patricia; *et. al* (Org.). **Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-ES: negacionismo, verdade e fazer histórico**. Voume 1. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

BOVO, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. História pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 16, p. 113-134, 20 dez. 2019.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CAMPANINI, Andrei Felipe; BARONI, Gabriel Vinicius. Produção e reprodução do conhecimento escolar em tempos de fake news: as contribuições da Divulgação e da Alfabetização Científica no ensino de História. **Revista Aedos**, v. 15, n. 34, 2023.

CARVALHO, Bruno; TEIXEIRA, Ana Paula. (orgs). **História pública e divulgação de história**/. – São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CARZOLA-SÁNCHEZ, Antonio; SHUBERT, Public History. In CARZOLA-SÁNCHEZ, Antonio; SHUBERT; MENEZES, Alison. R. **The Bloomsbury Handbook of the Spanish Civil War**. Londres: Bloomsbury Academic, 2023.

CAUVIN, Thomas. El auge de la historia pública: una perspectiva internacional. **Historia Crítica**, v. 1, n. 68, p. 3–26, 2018.

COUTO, Ana Luíza S.; MARTINO, Luís Mauro Sá. Dimensões da pesquisa sobre podcast: trilhas conceituais e metodológicas de teses e dissertações de PPGComs (2006–2017). **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 9, n. 02, pp. 48–68, jul./dez. 2018.

DA SILVA, Luiz Gustavo Martins; DA SILVA, Thálita Maria Francisco; COELHO, George Leonardo Seabra. Tecnologias digitais, formação e ensino: uma análise dos PPCS de licenciatura em história no Estado de Minas Gerais. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 40, n. 1, p. 51–73, 2022.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 39–65, 2019.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a História Pública e o ensino de história? In. Mauad, Ana Maria, Santhiago, Ricardo; Borges, Viviane Trindade. **Que História Pública queremos?** São Paulo: Letra & Voz, 2018, p. 29–48.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Editora Vozes Limitada, 2018.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida (orgs.). **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

HUYCK, Heather Twenty-Five Years of Public History: Perspectives from a Primary Document. **The Public Historian** 21, no. 3, 1999.

LIDDINGTON, Jill. Construção de uma história no digital. **Faces de Clio**, v. 9, n. 18, p. 170–188, 2023.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. SP: Letra e Voz, 2011. p.31–52.

LOIOLA, Daniel Felipe Emergente. **Recomendado para você**: o impacto do algoritmo do *Youtube* na formação de bolhas. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LUCHESSI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História Digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.) **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, (18), 18–34, 2018.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (Org.). **História Pública e História do Tempo Presente**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira; *et all*. Como fazer a história local se tornar pública, e para quem? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; RODRIGUES, Rogério Rosa (orgs.) **História pública em movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SABEH, Luiz Antonio. Novas mídias para a produção e comunicação do conhecimento Histórico. In: MONTEIRO, Lívia Nascimento; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **História pública como prática colaborativa**: experiências do Laboratório de História Pública e de formação docente durante a pandemia. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. p. 30–42.

SILVA, Daniel Ferreira da. O trabalho artesanal do historiador e o produto histórico: reflexões sobre construção de uma história no digital. **Faces de Clio**, v. 9, n. 18, p. 170–188, 2023.

SILVA, Marcelo de Souza; SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. A divulgação científica em história por meio de *podcasts*: possibilidades de educação histórica pela internet. In: LARA, Renata Marcelle; CAMARGO, Hertz Wendel de (org.). **Conexões: mídia, cultura e sociedade**. Londrina: Syntagma Editores, 2017, p. 257–285.

TORRES-AYALA, Daniela. Historia pública. Una apuesta para pensar y repensar el que hacer histórico. **Historia y sociedad**, n. 38, p. 229–249, 2020.

Submetido: 15/07/2024

Aprovado: 05/10/2024

Publicado: 24/01/2025